



Jornal da

http:// WWW.FETHESP.COM.BR

FETHESP ESPECIAL BINGO



ÓRGÃO INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIR. RESP.: ROGÉRIO GOMES

JUN / JUL 2007 - Nº 24

JORN. RESP. BENEDITO AP. DA SILVA MTB 17.598.

FETHESP, SINDIVERSÕES, CONTRATUH, NOVA CENTRAL E FORÇA SINDICAL NA LUTA PELOS TRABALHADORES DE BINGO



Cerca de 16 mil funcionários de bingos, segundo estimativa da Polícia Militar do Distrito Federal, protestaram na manhã da quarta-feira, 16 de maio, em frente ao Congresso Nacional, em defesa da legalização das casas de bingos no país. Os manifestantes argumentaram que, se os bingos forem fechados em definitivo, milhares de trabalhadores estarão desempregados em todo o país.

Com o slogan "pela regulamentação, contra a corrupção", os funcionários tentaram convencer o Governo Federal de que a legalização dos bingos poderá reduzir crimes cometidos em jogos de azar - como lavagem de dinheiro e corrupção.

O ministro do Trabalho Carlos Lupi se reunirá com os funcionários de bingos para discutir a regulamentação do setor. Lupi disse que o governo está diante de um impasse, já que pretende garantir os empregos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, coibir irregularidades nos jogos.

"Temos que ter cautela para agir dentro da lei. Ainda não tenho a saída pronta, mas estou em busca dela", disse o ministro após encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Lupi se mostrou favorável à legalização dos bingos no país. "A legalização ajuda e muito o sistema que anda corrompido. Temos que evitar que os bingos sejam usados por pessoas que querem utilizá-los como espécie de lavanderia", disse.

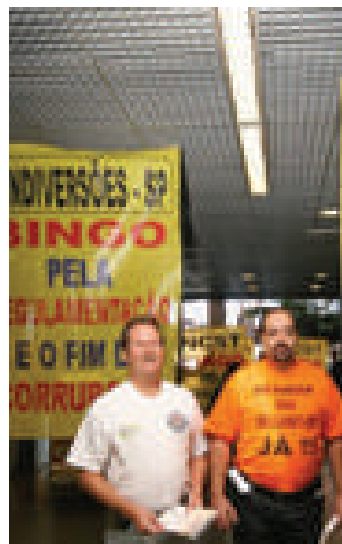
O ministro sinalizou que a legalização poderá ocorrer pela Caixa Econômica Federal -- que já administra as loterias do país.

O jogo de bingo virou uma questão polêmica que deve ser revista. A falta de fiscalização abre caminho para o "lob", atividade escusa, mas aceita em todos os setores de Brasília.

Para Rogério Gomes, presidente da FETHESP, está na hora de olhar de frente para esse problema. "O governo federal tem que acabar com a indústria do 'lob' por debaixo do pano e regulamentar essa atividade. Ela existe e todos sabem, então porque não transformá-la em algo transparente e com controle social?"

Por acreditar que a regulamentação dos bingos gera emprego, a FETHESP se empenhou na organização dos eventos que aconteceram em Brasília e em São Paulo. (Veja na página 2).

Rogério disse aos manifestantes que "vai transformar a regulamentação dos bingos em uma 'batalha' que só poderá ser vencida se a categoria continuar mobilizada em todas as localidades onde houver uma casa de jogo. Somente a regulamentação é capaz de acabar com esse problema".



No meio de uma guerra de liminares que já dura cinco anos, trabalhadores de bingo foram a Brasília exigir que Governo e Congresso tomessem posição quanto a regulamentação da atividade no País. Nas fotos, alguns destaques da ação que mobilizou o país.

Fotos: Elias Araújo



10 mil participam de ato pró-bingo em São Paulo

Com a coordenação da Contratuh, da FETHESP, Nova Central, Força Sindical e Sindiversões na manhã do dia 4 de junho, cerca de 10 mil trabalhadores de bingo fizeram uma manifestação no Centro de São Paulo pela legalização dos bingos no País. Os manifestantes se concentraram por volta de 9h30 em frente à Prefeitura, com faixas e carteiras de trabalho na mão. Depois seguiram para Câmara, onde foram recebidos pelo presidente da casa, o vereador Antônio Carlos Rodrigues (PR).

Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter aprovado uma súmula vinculante determinando que cabe apenas à União legislar sobre bingos e loterias, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT), o Paulinho, disse que o protesto em São Paulo é importante pela forma como o governo municipal tem agido em relação a esses estabelecimentos. "Tem havido um exagero da Prefeitura, que fecha bingos com liminares", explicou Paulinho. De acordo com o Sindiversões, Sindicato que representa os interesses da categoria, cerca de 320 mil pessoas

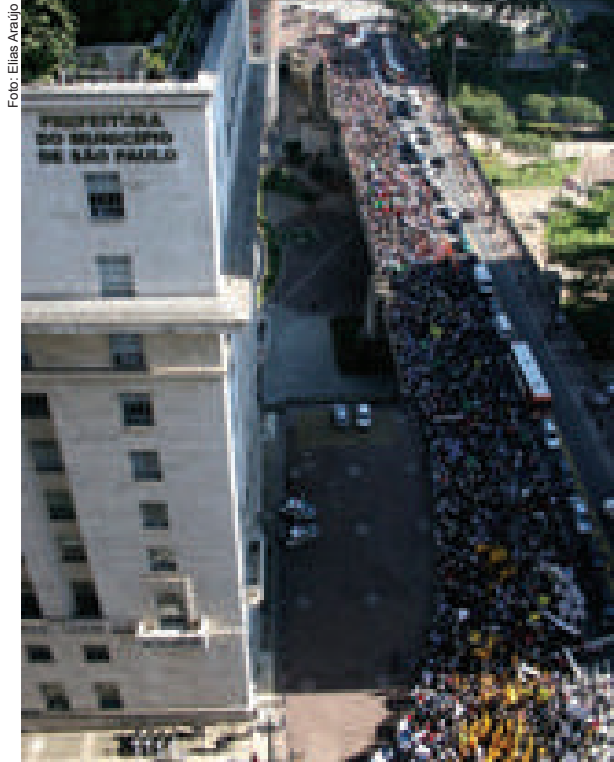


Foto: Elias Araújo

em todo o país estão sem empregos por causa de fechamentos.

De acordo com dados da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, este ano foram fechados 158 bingos na cidade, de um total de 200. A Prefeitura não fornece alvará de funcionamento para casas de bingo e, em junho do ano passado, um decreto assinado pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM) exigiu que os bingos da capital tivessem liminares específicas para garantir seu funcionamento.

Trabalhadoras de Casas de Bingo pedem apoio à políticos paulistas. Na foto, manifestação que parou o centro velho da Cidade.

Foto: Elias Araújo

Governo continua em cima do muro

O líder do governo na Câmara, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), disse na tarde da quarta-feira, 16 de maio, que o governo não tem uma posição fechada sobre a legalização dos bingos. Ele admitiu que a discussão sobre o assunto pode ser acelerada no Congresso diante da repercussão do tema, mas sinalizou que o governo não deve interferir.

No Congresso tramitam dez projetos a favor dos bingos e sete contra. O mais adiantado deles trata das loterias estaduais e já foi aprovado no Senado.

O presidente da Nova Central Sindical no Estado de São Paulo, Luiz Gonçalves (o Luizinho), que acompanhou a manifestação dos trabalhadores, disse que o governo não se mostrou disposto a permitir que os Estados legislem sobre os bingos. Ele também se mostrou contra. "O ideal é que haja uma legislação federal sobre o tema para que não fiquemos a mercê dos governadores", afirmou.

O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que vai consultar os líderes para discutir o assunto, mas adiantou que não irá incluir a discussão na pauta do plenário



Ato contra a corrupção e a favor da legalização mobilizou milhares de trabalhadores e lideranças sindicais. Na manifestação, lideranças de várias correntes sindicais se uniram em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores.

até que haja consenso. "Da minha parte nenhum projeto é proibido, mas não podemos colocar no plenário um tema que não está razoavelmente discutido", disse.

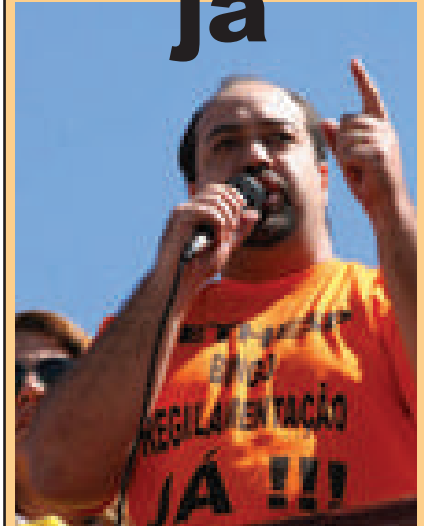
A discussão sobre a legalização dos bingos voltou à tona depois da Operação Hurricane (furação, em inglês) da Polícia Federal ter descoberto uma quadrilha que comprava sentenças para manter abertas as casas de jogos.

A Operação Têmis, da PF, também descobriu máfia semelhante em São Paulo e fechou casas de bingo no Estado. Atualmente, os bingos são proibidos em todo o país.

Regulamentação

já

Foto: Elias Araújo



Rogério Gomes

Desde a volta da democracia em 1985, o país tem passado por uma série de escândalos na esfera institucional. No Poder Executivo houve o impeachment de um presidente, e, recentemente, a demissão de ministros envolvidos em esquemas ilícitos. No legislativo, por seu turno, apesar dos ecos do mensalão e das imagens dos "anões" da Máfia do Orçamento sendo banidos da vida pública, ainda tem deputado que quer tirar vantagem.

No Judiciário, depois de uma longa investigação da Polícia Federal, percebeu-se que a "Justiça" não era tão cega quanto se pensava. Alguns juizes aproveitavam o cargo para tirar vantagem.

As investigações da Polícia Federal vão demonstrando que é mais lucrativo deixar o Bingo na ilegalidade, do que trazer à tona as discussões sobre a legalidade da categoria, seja ela empresarial ou laboral.

Desde o início da crise em 2004, a FETHESP junto com o Sindiversões e a CONTRATUH, acompanha e encabeça as reivindicações dos trabalhadores. Nesse tempo todo estas entidades sempre se posicionaram contra a corrupção, a lavagem de dinheiro e a compra de votos.

Agora é a hora de discutir a regulamentação e definir regras claras, pois da forma como está, a máquina de jogo não gera emprego e sim corrupção. Nas manifestações em Brasília, a categoria demonstrou que é ordeira, e que tem responsabilidade. É por isso que exigimos que as regras sejam claras e que a regulamentação seja imediata.

Rogério Gomes - é o presidente da FETHESP.

As cartas na mesa

Foto: Elias Araújo

Salvo alguma mudança, nos próximos dias a Câmara deve abrir discussões que possam levar a regulamentação ou não dos bingos no País. Estamos preocupados. Os bingos criam mais de 300 mil empregos diretos e indiretos, diz Elisson Zapparoli presidente do Sindiversões, Sindicato que os trabalhadores em São Paulo e Região.

A lavagem de dinheiro, frequentemente associada aos cassinos, é hoje eficientemente reprimida através de controles eletrônicos criados pela tecnologia. Lavar dinheiro não é exclusividade de bingos, lembra Elisson. Qualquer empresa do setor de serviços, como bares, restaurantes, casas de espetáculos, agência de publicidade e propaganda, comércio, indústrias etc., pode se prestar à lavagem de dinheiro sem que se imagine proibir essas atividades.

A regulamentação do jogo traria,

benefícios aos consumidores desse tipo de entretenimento, possibilitando a existência de comissões de controle do jogo, como é feito em outros países onde o jogo é regulamentado.

A hora para regulamentar é agora lembra Elisson, pois o jogo é um negócio que movimenta muitos recursos e que tem plena aceitação pela população brasileira, conforme comprovam os jogos oficiais como a

mega-sena, quina loto entre outros administrados pelo governo através da Caixa Econômica Federal.

Não regulamentado, o Bingo continuará a existir nos subterrâneos, sem controle e favorecendo a corrupção. "Melhor que seja à luz do dia, como atividade legal, submetida ao controle estatal, gerando empregos e contribuindo, por exemplo, para a segurança pública", finaliza Elisson.

Lideranças da FETHESP foram ao Congresso lembrar aos deputados que, além da aceitação pela sociedade, o Bingo gera empregos diretos e indiretos.



Agradecimentos

Em nome dos trabalhadores dos bingos, a FETHESP agradece a solidariedade de todos os sindicalistas de diversas categorias que estiveram presentes ao ato público de São Paulo. Em particular agradecemos o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que, através do seu presidente, Eleno Bezerra, disponibilizou carro de som para o evento. O Sindicato da Alimentação de São Paulo também colaborou com caminhão de som.

STF aprova súmula vinculante para bingos

O texto foi preparado pelos ministros Marco Aurélio Mello, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa, foi aprovado no plenário por 10 votos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) editou norma proibindo juízes de todo o Brasil de autorizarem o funcionamento de casas de bingos. A decisão foi baixada em forma de súmula (resumo de várias decisões iguais dadas pela corte) e tem efeito vinculante – ou seja, todas as instâncias inferiores são obrigadas a cumprir a determinação.

A Súmula, que está em vigor desde o dia 6 de junho, declara a inconstitucionalidade de lei estadual ou distrital que dispõe sobre loterias e jogos de azar.

Decisões reiteradas do Supremo determinam que é de competência privativa da União legislar sobre o tema. Apenas o ministro Marco Aurélio votou contra a matéria. Para ele, a União não pode disciplinar um serviço prestado por unidade da federação. Não existe punição para os juízes que não cumprirem as súmulas do STF. No entanto, uma decisão que desobedeça ao entendimento fixado pela mais alta corte do Judiciário terá vida curta, pois será fatalmente derrubada se for ajuizado um recurso ao STF.

Os passos da legalização e proibição da "Atividade Bingos"

Lei 8672/93 (Lei Zico)

A lei institui normas gerais sobre o desporto e dentre outras providências, **possibilitou a exploração do jogo de bingo como forma de fomentar o desporto.**

Artigo 57 - As entidades de direção e de prática desportiva filiadas a entidades de administração em, no mínimo, três modalidades olímpicas, e que comprovem, na forma da regulamentação desta lei, atividade e a participação em competições oficiais organizadas pela mesma, credenciar-se-ão na Secretaria da Fazenda da respectiva unidade da Federação para promover reuniões destinadas a angariar recursos para fomento do desporto, mediante sorteios de modalidade denominada Bingo, ou similar.

A mencionada lei foi regulamentada pelo Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993

Lei nº 9615/98 - Lei Pelé

A Lei nº 8.672/93 foi revogada pela Lei nº 9.615, de março de 1998. A nova lei destinou um capítulo inteiro para tratar dos jogos de bingo, no qual foram relacionados os procedimentos necessários para a exploração da atividade, inclusive instituindo proibições e penalidades.

Decreto Federal nº 3214/99

O mencionado decreto revogou

o parágrafo 2º do artigo 74 do decreto 2574/98, que regulamenta a Lei 9615/98 (Lei Pelé), onde proíbe a instalação nas salas de bingos das máquinas eletrônicas programáveis MEP'S.

Lei Maguito

Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000. (Lei Maguito Vilela) A Medida Provisória nº 2.011-6, de 28 de março de 2000, convertida na Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, alterou dispositivos da Lei nº 9.615/98 e transferiu para a Caixa Econômica Federal a autorização e a fiscalização dos jogos de bingo. Determinou ainda a total revogação do capítulo da Lei nº 9.615/98, que regulamentava a atividade a partir de 31 de dezembro de 2001. Em outras palavras, a Lei nº 9.981/2000, caso não sobrevenha nenhuma alteração, extingue a possibilidade de exploração lícita dos jogos de bingos, a partir de 2002.

Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004

Proíbe, em todo território nacional, a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, denominadas "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia.

Contratuh não dá trégua e Moacyr exige regulamentação

Foto: Elias Araújo

A CONTRATUH, Confederação Nacional que representa os interesses de várias categorias, entre elas a de Turismo e Hospitalidade, vem coordenando as ações pela regulamentação das atividades de bingo, importante geradora de emprego e turismo em todo o país.

A Confederação também participa e coordena outras mobilizações importantes e de interesse da Nação. Entre elas, a manutenção do veto presidencial à Emenda nº 3 da Lei que cria a Super-Receita e que ameaça direitos trabalhistas.

A violência, em todos os níveis, também ganha destaque nas ações da CONTRATUH. Em abril, com o lançamento da campanha “Viver Mulher – Respeito, Dignidade e Igualdade – Não à Violência”, colocou todos os integrantes da categoria, direta ou indiretamente, na luta contra todo o tipo de violência contra a mulher.

No momento, a mobilização que requer maior atenção é a dos bingos, pois o fechamento cria um grave problema social que exclui do mercado cerca de 300 mil trabalhadores. Nós exigimos a regulamentação e para que



Em todas as manifestações dos trabalhadores, a CONTRATUH sempre esteve à frente. Na foto, a manifestação em São Paulo

isso aconteça as Centrais Sindicais (Nova Central e Força), a CONTRATUH, a FETHESP e os Sindicatos da categoria vão continuar apoiando toda e qualquer manifestação que tenha por objetivo sensibilizar a sociedade e autoridades.

FETHESP vem brigando pelos trabalhadores dos bingos desde 2004

Fotos: Elias Araújo



Desde o início da crise entre governo e empresários de Bingos, a FETHESP, está ao lado da categoria. Nas fotos, destaque para os momentos em que foi necessário subir no palanque para defender os direitos e interesses dos trabalhadores que só querem ter o direito de exercer suas atividades com dignidade e respeito.

Jornal da
FETHESP

É uma publicação da **Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo** - Rua Tangará, 220 - Vila Clementino - CEP 04019-030 - São Paulo - SP Fone (011) 5549-7799 Fax (011) 5549-8228 E-mail — fethesp@fethesp.com.br —

Home Page - WWW.FETHESP.COM.BR
Diretoria — **Presidente:** Rogério José Gomes Cardoso, **Vice-presidente:** Américo Gomes da Silva, **1º Secretário Geral:** Elisson Zapparoli, **2º Secretário Geral:** Sérgio da Silva Paranhos, **1ª Tesoureira:** Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, **2ª Tesoureira:** Dagmar Roberto de Lima, **Diretor Social e do Patrimônio:** Manoel Mecias Porto, **Diretor de Assuntos Sindicais:** José Augustinho dos Santos, **Diretor de Relações Internacionais:**

Antonio Canelli de Freitas, **Diretor de Comunicação:** Antonio Rodrigues Gomes, **Diretor de Planejamento:** Waldemar Nerath Filho, **Suplentes** — Pedro Francisco de Siqueira, Jean Carlos da Silva, José Lourenço Pereira, Donizete Aparecido Passador, Maria Aparecida Alves Cardoso, Sebastião Inácio Filho dos Santos, Celso Silvério Ferreira, **Conselho Fiscal** — Ruthembegue R. de Moura, Roselaine Ferreira Alves da Silva, João Mendonça da Silva Filho, **Suplentes** — Pablo Rodrigues de

Lima, Wagner Sebastião Pereira Leite, **Delegados à Confederação** — Rogério José Gomes Cardoso, Américo Gomes da Silva, **Suplentes** — José Augustinho dos Santos e João Mendonça da Silva Filho.

Produção: Parágrafo Travessão Com. e Marketing. S/C Ltda
Impressão: JCL Fone: (011) 35996626
Jorn. Resp. Benedito Ap. da Silva MTB 17.598. Fone: 9431-9120